

11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

Comportamento Político

RELIGIÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO NA AMÉRICA LATINA

Alice Vila Nova Procopiuk Walter
Universidade Federal do Paraná

Curitiba
31 de julho a 03 de agosto de 2018

Resumo

A intensa atividade religiosa observada na América Latina não é um fenômeno recente, dada sua colonização predominantemente católica, contudo, a politização mais efetiva do catolicismo e dos evangélicos é algo que só começou a aumentar a partir da década de 1970, na qual passou-se a ter uma maior movimentação da religião em direção à política. Tal fenômeno chamou a atenção de pesquisadores das Ciências Sociais, que se dedicaram a estudar principalmente, o voto religioso, a utilização da religião por candidatos, o envolvimento dos fiéis em movimentos sociais e a luta pela liberdade e igualdade religiosa. Apesar da importância destas pesquisas, muito pouco se fala sobre os efeitos da religião em outras formas de participação política dos latino-americanos, como o protesto, e menos ainda das relações entre esse elemento individual e fatores contextuais próprios de cada país.

Tendo isto em vista, o presente artigo expõe resultados parciais de estudo sobre os efeitos do ativismo e contexto religioso sobre a participação em manifestações ou protestos públicos. Temos como hipótese que o ativismo religioso aumenta as chances de um indivíduo latino-americano participar de protestos, mas que tal ação não ocorre de forma automática; assim, propomos que um possível elemento desencadeador seja o contexto religioso dos países. Nossos resultados apontam que, no nível individual, o ativismo religioso, a importância dada à religião e o ser sem religião possuem efeitos estatisticamente significativos sobre a participação em protesto dos latino-americanos, já no que se refere ao contexto nenhuma significância foi encontrada.

Palavras-chave: Participação. Religião. Contexto Religioso. América Latina.

Religião e Comportamento Político na América Latina

Alice Vila Nova P. Walter¹

A América Latina contou, durante muitos séculos, com a forte presença da Igreja Católica como reguladora normativa da sociedade. Sua colonização, cujo objetivo ia para além da conquista e da exploração, tinha como um de seus pilares a expansão da fé cristã. Com o estabelecimento das diversas Repúblicas, iniciou-se uma luta por diferentes direitos e liberdades, dentre eles a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado. Tal desejo abriu as portas para o trânsito religioso na região, trânsito este marcado pela chegada e o crescimento de diferentes crenças.

Se durante muitas décadas os evangélicos ausentaram-se da política, devido à sua visão escatológica e sua ideia de separação do mundo, nas décadas de 1970 e 1980 o cenário começou a mudar, havendo uma maior movimentação da religião em direção à política. Diante da grande atividade religiosa da região e da ação política dos fiéis cada vez mais intensa, pesquisadores das Ciências Sociais passaram a se dedicar a estudar a América Latina e o fenômeno religioso. Estes, em sua maioria, voltaram suas pesquisas para as elites políticas e religiosas, formas eleitorais de participação e para a luta política por liberdade e igualdade de crença frente ao Estado.

Apesar da importância e da relevância acadêmica destas pesquisas, pouco se fala a respeito da relação entre religião e a participação em protestos na América Latina. Partindo do conceito proposto por Ribeiro e Borba (2015, p. 43), que define protesto como “uma ação coletiva de indivíduos descontentes que procuram atingir seus objetivos influenciando as decisões de outros atores políticos”, o presente artigo expõe resultados parciais de pesquisa sobre as relações entre religião e a participação em manifestações e protestos públicos, levando em consideração condicionantes individuais e contextuais entre os públicos de um conjunto de países latino-americanos, usando para tanto a edição de 2016 do Latin American Public Opinion Project (LAPOP)².

Nos propomos, portanto, a entender os possíveis impactos de escolhas e padrões de ativismo religioso sobre esta modalidade de participação. Haja vista a escassez de pesquisas a respeito da relação entre religião e formas não eleitorais de ação política, e do

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PGCP/UFPR. Email: alice14@gmail.com. Pesquisa financiada pela CAPES.

² Para mais informações sobre o projeto ver <https://www.vanderbilt.edu/lapop/>

aumento das atividades de protesto em nível global – expansão esta apontada por Dalton, Sickle e Weldon (2009, p.1), que consideram a atividade de protesto como “uma parte quase onipresente da política contemporânea” - buscamos com o presente artigo contribuir com o entendimento deste elemento do comportamento político na América Latina.

Nossa hipótese fundamental é de que o ativismo religioso aumenta as chances de um indivíduo latino-americano participar de manifestações e protestos públicos, mas que tal ação também é afetada pelo contexto religioso nacional, que pode favorecer ou não uma mobilização consciente frente a ameaças ou a lutas por direitos. Desta forma, esperamos encontrar uma influência da religião tanto no nível individual quanto no que se refere aos contextos, pois acreditamos que os efeitos do ativismo religioso não devem ocorrer da mesma forma entre os diversos países, já que ao nos debruçarmos sobre a América Latina, observamos que, apesar de sua colonização religiosa ser semelhante, as experiências históricas de cada nação apresentam diferentes níveis de secularização e de indicadores de laicidade (ORO; URETA, 2007; CARBONELLI; MOSQUEIRA; FELITTI, 2011). Tais indicadores, segundo alguns autores (BASTIAN, 1999; MARÓSTICA, 2000; WYNARCZUK, 2007; HELMSDORFF, 1996), têm servido de estímulo para o engajamento político de religiosos, em especial dos evangélicos, na luta pela liberdade e igualdade perante o Estado; e o nosso interesse é ver se isso se reflete na ação de protesto dos indivíduos.

O objetivo deste trabalho recai sobre como o engajamento do latino-americano, especialmente o religioso, pode ser explicado. Assim, procuraremos ao longo desta pesquisa entender se o fenômeno da participação na América Latina está relacionado com o elemento religioso. Para tal, na primeira seção deste artigo trazemos a literatura que nos levou a construir nossas hipóteses a respeito dos condicionantes individuais e contextuais da relação entre religião e comportamento político. Em seguida, apresentaremos a metodologia utilizada para a criação de nosso modelo. E por fim, traremos os resultados parciais encontrados até o momento.

Comportamento Político, Ativismo e Contexto Religioso

Dentre as pesquisas sobre a relação entre religião e participação política, duas aparecem como referências básicas e que devem ser aqui consideradas, a teoria do Voluntarismo Cívico proposta por Verba, Schlozman e Brady (1995, 2012) e a de Capital Social de Putnam (1993, 2000)³. O último teoriza a respeito da importância das instituições

3 Para mais pesquisas sobre o assunto consultar: Peterson (1992), Campbell (2004), Jamal (2005), Norris e Inglehart (2011), Lockerbie (2013), Gerber, Gruber e Hungerman (2015), Sobolewska et. al. (2015), Leal, Patterson e Tafoya (2016).

religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas e no processo de recrutamento analisando o papel dessas instituições na formação do capital social. Para Putnam (2000), capital social é a conexão entre os indivíduos, nas quais se desenvolvem as redes sociais e surgem as normas de reciprocidade e confiança. Tal capital, que estaria relacionado com a virtude cívica, teria como consequências o apoio mútuo, a cooperação, confiança e eficácia institucional, o que facilitaria a participação política. Assim, Putnam analisa as igrejas americanas, destacando sua importante contribuição a este capital.

Segundo ele, as instituições religiosas são ricas no desenvolvimento de habilidades, normas, interesses comunitários e recrutamento cívico. Ao aprender a gerir reuniões, mediar desentendimentos e assumir responsabilidade administrativa, criar laços que abram portas para o recrutamento para outras formas de atividades comunitárias, os ativistas religiosos se tornariam mais propensos a não apenas se envolver em organizações seculares, como também a votar e participar politicamente. Tais características levam o autor a afirmar que o envolvimento religioso é uma dimensão crucial do engajamento cívico (PUTMAN, 2000).

Verba, Schlozman e Brady (1995) também se dedicam a estudar a relação entre o ativismo religioso e o comportamento político dos norte-americanos. Segundo a tese do Voluntarismo Cívico dos autores, as igrejas ou instituições religiosas funcionam como um local de desenvolvimento de habilidades cívicas, organizacionais e comunicativas e como canais de mobilização e recrutamento, contribuindo, assim, para o envolvimento dos indivíduos nas atividades cívicas. Tais habilidades teriam consequências sobre a participação na medida em que capacitariam os indivíduos, tornando-os tanto aptos a ação política quanto mais confortáveis e confiantes da efetividade de suas ações, fazendo com que o engajamento seja menos custoso.

O diferencial das organizações religiosas das demais instituições, segundo os pesquisadores, é que as oportunidades para o exercício de habilidades são divididas de forma mais democrática na igreja, isso é, o local funcionaria como um lugar de aprendizado, principalmente para aqueles indivíduos sem recursos. Assim, das atividades voluntárias, o ativismo em igrejas seria o menos estratificado em termos de raça, renda, gênero ou etnia, o que contribuiria para que todos tenham oportunidades relativamente iguais de desenvolvimento, trazendo para a política aqueles que de outra forma não se envolveriam (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995).

Além de seu papel no desenvolvimento das habilidades cívicas, a igreja também funcionaria como local de recrutamento, uma vez que permitiria a formação de redes de contatos sociais. Sua característica mobilizadora também estaria evidente no momento em que os que participam na igreja são expostos a mensagens e opiniões políticas. Se no

tocante as habilidades cívicas os autores encontraram que a frequência às instituições religiosas possuem uma estrutura menos desigual na hierarquia de *status* socioeconômico (SES, na sigla em inglês), no que se refere ao alistamento o mesmo não ocorreria, uma vez que este se daria com base no recrutamento racional, isso é, visando os ativistas que teriam mais chances de aceitar o convite e que seriam mais efetivos quando engajados (SCHLOZMAN; VERBA; BRADY, 2012).

Ao analisarmos essas pesquisas notamos que, apesar de sua importante contribuição para a discussão do comportamento político, os autores deixam de fora dois aspectos importantes: primeiro, apesar de contornar elementos contextuais e estruturais em suas análises, não os trazem de forma efetiva para seus modelos; segundo, não avançam em explicar de que forma o desenvolvimento das habilidades cívicas se transformaria em uma ação política.

Djupe e Grant (2001) criticam essa segunda limitação e tentam preencher tal lacuna. Utilizando a mesma base de dados de Verba, Schlozman e Brandy (1995), o *Citizen Participation Study* (CPS), defendem que apesar das habilidades desenvolvidas nas igrejas contribuir para a mobilização em ações políticas tal processo não se daria de forma automática, sendo necessário um esforço intencional para que haja um benefício político, uma vinculação consciente entre as duas esferas. Assim, os autores estabelecem hipóteses visando testar as formas como a igreja poderiam aumentar a probabilidade dos religiosos se envolverem na política.

Enquanto Verba, Schlozman e Brandy (1995) focam na importância do desenvolvimento de habilidades cívicas e do recrutamento para o engajamento político, os autores vão além, destacando não apenas estas características como também a orientação política moldada pelas diferentes tradições religiosas, a natureza política da igreja e a orientação cidadã em direção a atividade política. Diferentemente dos autores anteriores, Djupe e Grant não encontraram evidências de que as habilidades cívicas desenvolvidas na igreja aumentam a participação política, não de forma automática, e nem que as tradições religiosas promovem diferentes probabilidades de ação. Mas, isso não significa que a religião não influencia a ação política dos indivíduos, uma vez que o recrutamento entre companheiros de religião ou clérigos, clara percepção das orientações políticas da igreja e o reconhecimento das atividades religiosas como uma forma de impacto político, segundo os autores, contribuiriam para o aumento na participação política (DJUPE; GRANT, 2001,).

Campbell (2004) também contribui para o desenvolvimento dessa crítica ao resultado direto do desenvolvimento de habilidades cívicas em ação política. Entendendo as igrejas como instituições que moldam o comportamento de seus membros, o autor foca no potencial de mobilização política dos evangélicos protestantes brancos. Diferente de Verba, Schlozman e Brandy (1995) que se debruçam sobre o desenvolvimento de habilidades

cívicas, Campbell está interessado em analisar a quantidade de tempo que algumas igrejas exigem de seus membros, fenômeno que diminuiria o engajamento político dos mesmos.

O argumento principal defendido pelo autor é que as denominações protestantes exigem muito tempo e energia de seus fiéis e tal voluntarismo contribuiria para estes não participem politicamente na comunidade maior. Contudo, tal ativismo religioso contribuiria para o aumento de redes de contatos sociais fortes que seriam utilizadas de forma esporádica, mas que permitiria uma mobilização política e rápida quando necessário. Tal rede de contato, porém, não seria suficiente por si só para despertar a mobilização, seriam necessárias determinadas condições desencadeadoras ou de ameaça a seus valores (CAMPBELL, 2004).

Apesar de Djupe e Grant (2001) e Campbell (2004) terem avançado nas explicações sobre como o desenvolvimento de habilidades cívicas se transformaria em ação política, suas pesquisas possuem a mesma limitação das apresentadas por Putman (1993; 2000), Verba, Schlozman e Brady (1995), o fato de focalizarem apenas na dimensão individual do fenômeno participativo. Campbell (2013) parece ter percebido esta limitação ao afirmar que é comum nos estudos cujo objetivo é entender quem participa, os pesquisadores dividirem-se em dois grupos, os que focam no nível individual e os que se propõem a entender o contexto, as redes sociais e de contato nos quais os cidadãos estão inseridos, deixando de fora importantes aspectos do fenômeno participativo. Isso se mostra verdadeiro nas pesquisas que tratam da relação entre religião e participação política, que em sua maioria não se preocupam em unir essas duas dimensões⁴, contudo, se quisermos realizar pesquisas mais completas, precisamos entender a importância do diálogo entre estes dois aspectos.

Partindo do argumento desenvolvido por Djupe e Grant (2001), de que a transformação das habilidades cívicas adquiridas nas instituições religiosas em uma ação política não se daria de forma automática, mas necessitaria de um gatilho, um esforço intencional, acreditamos que, um possível desencadeador da participação desses indivíduos seja a busca pela liberdade e igualdade de crenças, fruto de um contexto religioso. É o que percebemos, por exemplo, do trabalho de Helmsdorff (1996), que se debruça sobre os representantes evangélicos na Assembleia Nacional Constituinte de 1991 na Colômbia, país cuja história é marcadamente católica e onde a Igreja Católica sustenta relações com o Estado desde o estabelecimento da República. Segundo a autora, a relação entre Estado e Igreja Católica é construída de forma que esta encontre no Estado um meio de manter sua

4 Uma exceção é a pesquisa desenvolvida por Norris e Inglehart (2011), que ao discutirem o papel da secularização na relação entre religião e participação política, além das variáveis e controles individuais, acrescentam em seu modelo variáveis de controle contextuais do desenvolvimento humano e político.

hegemonia dentro da sociedade civil, recebendo este, em contrapartida, o apoio de uma instituição com aceitação social, contribuindo para a sua consolidação (HELMSDORFF, 1996).

Ao analisar as propostas apresentadas na Assembleia Nacional Constituinte e os projetos de leis submetidos ao Senado e à Câmara dos Representantes, a autora faz a seguinte pergunta: Qual a motivação dos evangélicos para participar politicamente? A resposta encontrada por Helmsdorff é que esses projetos de leis, esta ação política, teria como principal motivador o desejo de pôr fim ao monopólio da Igreja Católica, firmado pelo Concordato de 1887, a fim de estabelecer relações de poder com o Estado (IBIDEM).

Tal empreitada evangélica teria alcançado ganhos significativos, apesar do sucesso de determinados projetos não se dever exclusivamente aos representantes religiosos, sendo eles os artigos sobre a liberdade de consciência, de cultos e religiões, bem como a igualdade de todas as religiões perante a lei. Os senadores, segundo a autora, também teriam buscado para os evangélicos os mesmos privilégios conferidos à Igreja Católica, apresentando artigos constitucionais e legais sobre a igualdade tributária a todas as confissões religiosas e o direito de personalidade jurídica das igrejas (IBIDEM).

Já Bastian (1999) vai abordar o assunto de forma mais sutil. Buscando entender os novos partidos confessionais evangélicos na América Latina, o autor argumenta que um dos objetivos destes cristãos ao se candidatar e se envolver nas eleições é escapar da “hegemonia corporativista da Igreja Católica” (p.166). Segundo ele, a Igreja Católica ainda possui um papel de destaque na mediação de conflitos políticos e na luta contra medidas de modernização ética ou de secularização, e ainda conta com diversos partidos e candidatos políticos. Assim, para Bastian, a formação de partidos evangélicos teria como propósito, dentre outras coisas, o fim do monopólio católico e o reconhecimento por parte do Estado.

Com Maróstica (2000) encontramos mais algumas ponderações sobre o assunto. O autor busca sondar como e quando os líderes evangélicos mobilizam seus membros para fins sociopolíticos. Para tanto, enfatiza a experiência política do movimento religioso na Argentina e sua relação com o que chama de *el Complot Católico*. Segundo o autor, em 1993, houve uma mobilização massiva dessa denominação contra a proposta de *la ley de libertad religiosa*, considerada pelos líderes como uma legislação de controle às religiões minoritárias. A lei estipulava que seriam inscritas no Ministério de Culto apenas as religiões que tivessem pelo menos um dos seguintes requisitos: presença em, pelo menos, três províncias; ser a igreja oficial de algum país com o qual a Argentina mantém relações diplomáticas; ter, pelo menos, cinco mil membros; e existir no país por mais de cem anos (MAROSTICA, 2000).

Segundo o autor, a mobilização frente a esta proposta teria sido a mais importante atividade pública dos evangélicos argentinos na história da nação. Nesta, de acordo com

Marostica, os líderes utilizaram-se do complô em mídias e discursos públicos, a fim de mobilizar os fiéis e os pastores locais. A primeira reunião a respeito do perigo da nova lei e da ação de oposição teria contado com 300 pastores da Grande Buenos Aires. Na celebração do Dia dos Pentecostes, na qual estavam presentes, de acordo com o autor, 20.000 fiéis, os líderes pentecostais teriam se pronunciado sobre a temática. O ápice da ação política teria ocorrido em setembro de 1993, quando houve uma concentração com 6.000 fiéis, diante do Congresso Nacional. Para Marostica, tal protesto teria uma grande relevância, uma vez que poderia ser considerado a primeira concentração massiva de evangélicos por motivos políticos na Argentina (IBIDEM).

Temos ainda a pesquisa de Wynarczyk (2007), que ao estudar as relações dos evangélicos com a política e a sociedade civil, vai mostrar a participação destes religiosos na luta pela liberdade religiosa em dois momentos históricos da Argentina. O primeiro está ligado com a presença protestante na esfera política entre os anos de 1939 e 1955. Neste período, segundo o autor, o país vivenciava um crescimento de ideologias de direita nacionalistas católicas, que acabaram conquistando a institucionalização durante a presidência de Perón, um monopólio religioso reiterado pelo Estado, e o estabelecimento de leis que prejudicavam a pluralidade religiosa (WYNARCZYK, 2007).

Desta forma, em 1945 estabeleceu-se, além do ensino religioso, a criação do registro nacional de cultos não católicos. Diante disto, líderes evangélicos se posicionaram contra a hegemonia católica, opondo-se às práticas contrárias a liberdade religiosa e colocando-se a favor do ensino laico, fazendo parte, segundo o autor, de um movimento de modernização e democratização a favor da liberdade, junto a liberais, socialistas e maçons. De acordo com o pesquisador, mesmo depois de a relação entre Igreja Católica e o governo de Perón entrar em crise a igreja evangélica continuou lutando e defendendo a liberdade de culto (IBIDEM)

Nas décadas de 1980 e 1990, segundo Wynarczyk, foram os pentecostais que teriam protagonizado a luta pela liberdade religiosa, isso porque neste período, a igreja evangélica e o Estado teriam entrado novamente em confronto a respeito do assunto. A lei de cultos não católicos, sancionada na ditadura militar e já passada por modificações, estava para sofrer novas mudanças propostas pelo poder executivo e legislativo. Tal lei afetava diretamente os pentecostais, e sobre ela os evangélicos dividiram-se entre os que quiseram se envolver e intervir na produção da mesma e aqueles que se posicionavam a favor de sua abolição. Assim, de acordo com o autor, a mudança nessa lei teria suscitando a ação política deste segmento religioso, que teriam participado em reuniões na Secretaria de Cultos e em marchas e manifestações diante do Congresso Nacional (IBIDEM).

Observando os argumentos dos autores acima notamos que o combate ao monopólio e a hegemonia da Igreja católica, o reconhecimento jurídico por parte do Estado,

o posicionamento contra leis de controle desigual das religiões minoritárias, a luta pela igualdade perante a lei, pela liberdade religiosa parecem ser fortes motivadores para a participação política dos religiosos. Segundo Palacios (2003), a busca pela liberdade e pelo mesmo tratamento na esfera pública recebido pela Igreja Católica seria importante ao ponto de tirar determinadas denominações religiosas de seu lugar de conforto, fazendo-as superar sua posição apolítica.

Tendo isso em vista, nossa hipótese é de que, no caso da América Latina, o contexto religioso importa para a participação política dos indivíduos, servindo como uma condição desencadeadora ou uma ameaça a determinados grupos religiosos, levando-os a agir politicamente em prol de um interesse comum.

Questões Metodológicas

O objetivo de nossa análise é combinar fatores religiosos individuais e contextuais em um modelo explicativo do comportamento de protesto, com o objetivo de entender como essas duas ordens de condicionantes interagem na conformação do ativismo político no contexto latino-americano. Nossa expectativa inicial é de que o contexto opere como moderador dos efeitos individuais (Hox, 2010). Como o nível de ativismo religioso tem sido o condicionante mais enfatizado nos estudos sobre comportamento político (PETERSON, 1992; VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995; DJUPE E GRANT, 2001; CAMPBELL, 2004), utilizando-nos da edição de 2016 do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), estabelecemos como variável micro independente a frequência a cultos ou missas.

Seguindo um caminho semelhante ao percorrido por Peterson (1992), Djupe e Grant (2001), Sobolewska et. al. (2015), dicotomizamos esta variável de forma que os indivíduos não ativos religiosamente são aqueles que frequentam aos lugares de culto *uma ou duas vezes por ano* e *nunca ou quase nunca*; já os ativos foram retirados dentre os que participam *mais de uma vez por semana*; *uma vez por semana*; e *uma vez por mês*.

Partindo do que Leal, Patterson e Tafuya (2016) chamam de os três aspectos da religião, acrescentamos também ao nosso modelo, de forma secundária, a afiliação ou denominação religiosa e a importância dada à religião. A primeira foi recodificada de forma a dividir os indivíduos em quatro grupos: católicos, protestantes, evangélicos, sem religião e outras religiões. Em razão de o catolicismo ainda ser a crença com maior número de fiéis na maioria dos países da América Latina, estabelecemos como parâmetro de análise a afiliação católica.

Já no nível macro, optamos por uma variável que conseguisse dar conta, mesmo que minimamente, da luta pela liberdade e igualdade de culto. Propomos então, construir

uma medida de laicidade, pois acreditamos que falar de liberdade religiosa é falar também de laicidade, uma vez que ambas estão diretamente ligadas. Nas palavras de Blancarte:

La laicidad está entonces estrechamente emparentada con el liberalismo, con la democracia, con la separación de esferas entre lo religioso y lo político, con la tolerancia religiosa, con los derechos humanos, con la libertad de religión y de creencias y con la modernidad política, sin asimilarse a ninguna de éstas. En términos funcionales, la laicidad es un régimen de convivencia diseñado para el respeto de la libertad de conciencia, en el marco de una sociedad crecientemente plural, o que reconoce una diversidad existente (BLANCARTE, 2011, p. 184).

Temos que ter em mente que transformar os indicadores de laicidade em uma medida operacionalizável não é uma tarefa fácil. Desta forma, construiremos nossa variável com base na tipologia formulada por Oro e Ureta (2007)⁵, que ao dedicarem-se a estudar legislações latino-americanas dividem os países em três classificações de acordo com os diferentes níveis, quais sejam: regime de Igreja de Estado – Argentina e Costa Rica; separação Igreja e Estado, com dispositivos particulares em relação à Igreja católica – Brasil, El Salvador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana; e regime de separação Estado-Igreja, no qual manifesta-se a igualdade de culto – Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, México, Nicaragua, Uruguai e Venezuela.

Assim, a medida será inserida em modelos multiníveis, nos quais vamos interagir a religião com o contexto religioso. A ideia será verificar se em contextos de maior ou menor laicidade o efeito da religião sobre a participação em manifestações ou protestos públicos é maior ou menor, isto é, entender o impacto entre diferentes níveis de laicidade sobre o relacionamento entre ativismo religioso e a participação. Dadas as pesquisas citadas anteriormente, nas quais os autores destacam a relação entre a ação política dos religiosos e a busca pela liberdade e pela igualdade religiosa jurídica, nossa hipótese é de que quanto menor o nível de laicidade do país, mais intensa será a ação política dos religiosos. Suspeitamos que essa dimensão contextual também afeta a forma como o ativismo religioso impacta a atividade política, sendo essa relação potencializada em contextos de menor laicidade.

Dentre as diversas modalidades de ação política, nosso interesse neste artigo volta-se à participação em manifestações e protesto públicos, uma vez que, apesar da intensa

5 Apesar de não ser o foco de sua pesquisa, Hagopian (2009) também se volta para a investigação do elemento religioso nas Constituições desses países. Preocupada em entender o posicionamento da Igreja católica frente ao pluralismo religioso, a autora foca especificamente nos dispositivos legais relacionados ao catolicismo, dividindo sua análise entre os países em que o catolicismo é a religião oficial dos demais; verificando se a legislação fornece apoio estatal e subsídio público para a Igreja católica; e qual a relação do Estado com a educação, mídia e caridades católicas.

atividade religiosa existente na América Latina e do aumento e expansão desta modalidade de ação política no cenário mundial, poucas pesquisas dedicaram-se a observar os resultados desta relação. Assim, partindo da questão “*Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra., participou de alguma manifestação ou protesto público?*”, dicotomizamos os respondentes em *não participa* e *participa*, com a finalidade de incluí-la em nosso modelo.

Apesar de nosso interesse estar predominantemente no papel do ativismo religioso no comportamento político, não podemos deixar de fora de nossas análises variáveis preditoras já consolidadas pela literatura politológica, que funcionam aqui como medidas de controle, tanto no nível micro quanto macro. Desta forma, partimos dos estudos de Dalton, Van Sickle e Weldon (2009) e de Ribeiro e Borba (2015), pesquisadores que se dedicaram a estudar os condicionantes individuais e contextuais do protesto.

Segundo os autores, as categorias contextuais que podem influenciar o protesto de um país dizem respeito à situação econômica e política. Assim, acrescentamos em nosso modelo um indicador de desenvolvimento político fornecido pelo Banco Mundial WGI, conhecida como *rules of law*, que mede em que medida os agentes confiam e respeitam as regras da sociedade. Para Dalton, Van Sickle e Weldon (2009), esse índice nos permite perceber a abertura e o desenvolvimento democrático de uma nação, uma vez que ele distingue se um país aplica sistematicamente e de forma equitativa as liberdades civis e os direitos políticos.

No que se refere às condições econômicas escolhemos o indicador de Pib *per capita* ajustado pela paridade do poder de compra fornecido pelo Banco Mundial como medida de desenvolvimento, utilizado pelos autores já citados. Contudo, como bem apontam Ribeiro e Borba (2015), entre os países latino-americanos taxas de desigualdade econômica ainda persistem, então, assim como estes pesquisadores, acrescentamos ao modelo o Índice de Gini, que nos ajudará a controlar a distribuição assimétrica presente na região.

Para a escolha dos preditores de controle de nível individual, seguimos o proposto por Dalton, Van Sickle e Weldon (2009), de que existem três teorias principais sobre os determinantes individuais do protesto: a teoria das queixas, recursos e valores políticos. No que diz respeito à teoria das queixas, cuja ideia principal é que a participação em protestos se daria como uma resposta aos problemas da sociedade e à insatisfação dos cidadãos (DALTON, VAN SICKLE e WELDON), selecionamos as variáveis: satisfação com a vida, satisfação com a democracia e um índice de confiança institucional – composto pela confiança no Congresso, na política, nos partidos, nas eleições e no presidente, e justificado por cargas fatoriais superiores a 0.5 e um coeficiente Alpha de Cronbach de 0.81 – variáveis que relacionam-se com diferentes dimensões do descontentamento individual.

No tocante à teoria dos recursos, segundo a qual a atividade política requer uma base de recursos que facilite a mobilização (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995),

selecionamos a escolaridade, que entra em nosso modelo como uma medida de recursos intelectuais dicotômica, representando o nível superior. Além disso, acrescentamos uma variável relativa ao interesse por política e uma de envolvimento dos indivíduos em organizações e associações – medida aqui pela *participação em reuniões de associação de bairro ou juntas de melhorias para a comunidade* – variáveis estas já tratadas pela literatura como preditores relevantes do engajamento político em protestos (DALTON, VAN SICKLE E WELDON, 2009; RIBEIRO E BORBA, 2015).

Por fim, no tocante a teoria dos valores, inserimos a variável de ideologia política, uma vez que pesquisadores têm vinculado a atividade de protesto às orientações ideológicas amplas. Diferentemente de Dalton, Van Sickle e Weldon (2009), não conseguiremos inserir em nosso modelo a variável de adesão aos valores pós-materialistas, uma vez que a base do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) por nós utilizada não apresenta a questão que nos permitiria operacionalizar essas novas prioridades valorativas.

Resultados

Para avaliar se a modelagem multinível de fato se aplica ao nosso problema de pesquisa, em um primeiro momento estimamos um modelo nulo que permite avaliar se os efeitos dos preditores variam significativamente entre os países. Nesse modelo Anova o intercepto β_0 é compartilhado por todos os países e o efeito aleatório μ_{oj} , é específico para o país j (representando cada um dos países específicos), como se pode ver na equação abaixo:

$$\log\left(\frac{\pi_{ij}}{1-\pi_{ij}}\right) = \beta_0 + \mu_{oj}$$

Na Tabela 1 conseguimos ver os principais resultados desse primeiro passo da análise. Nela, observamos que o logaritmo da razão de chance da participação em protestos ou manifestações públicas em um país “médio” é de -2,21, valor esse que ao ser exponenciado demonstra uma percentagem de 10% de participação na região. A variância da razão de chance entre os países é de 0,21 e para saber se essa diferença é estatisticamente significativa conduzimos um teste de razão de probabilidade para afastar a hipótese de que essa variabilidade é igual a 0. Neste procedimento o modelo nulo é comparado com o seu equivalente de nível individual, ou seja, sem os efeitos aleatórios dos países, cujo resultado da linha “log-lik” apresentou o valor de -210,48, bastante superior ao que indicaria a inexistência de variabilidade.

Tabela 1. Modelo Nulo para Participação em Protestos ou Manifestações Públicas, América Latina, 2016.

Log da Razão de chance em um país “médio”	-2,21
Variância no log da razão de chance entre os países	0,21
Log-lik	-210,48
AIC = 19348,7	

Fonte: Lapop, 2016.

No gráfico Caterpillar abaixo, um gráfico de resíduos em relação à ordem de classificação, onde as barras representam os respectivos intervalos de confiança (95%) em torno de cada estimativa, notamos que existe uma variação considerável, haja vista que os efeitos se encontram, em sua maioria, abaixo ou acima do intervalo de confiança:

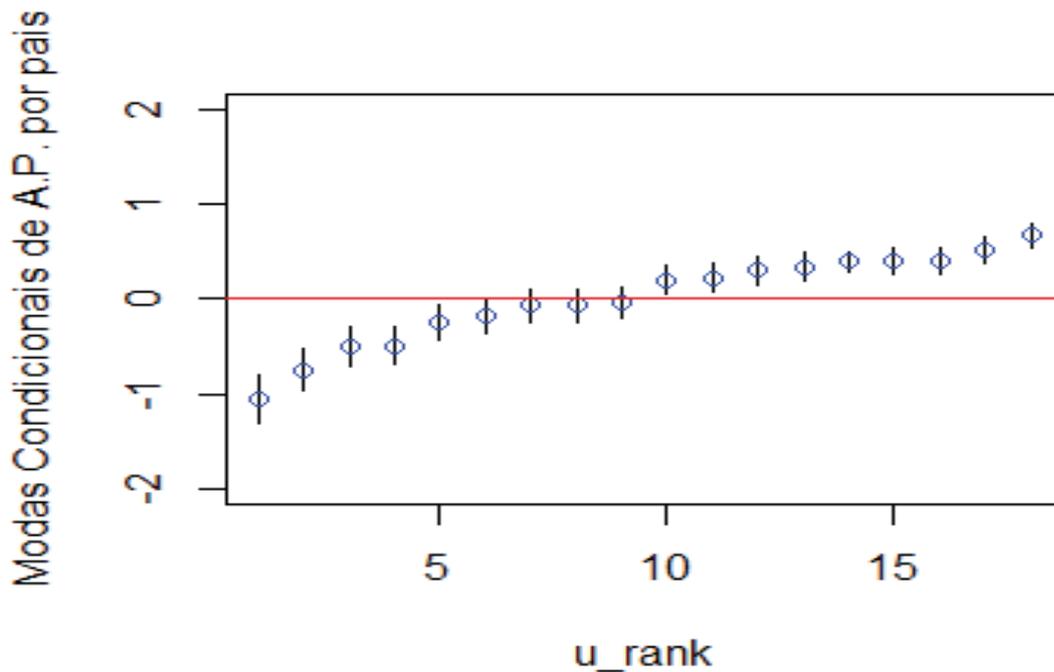


Gráfico 1. Efeito-país sobre a probabilidade de Ativismo de Protesto, América Latina, 2016.

Fonte: Lapop, 2016.

Em um modelo como o aqui utilizado, assume-se que existe um conjunto de dados hierarquizados, com um resultado ou variável de resposta que é medido no nível mais baixo, e variáveis explicativas em todos os níveis existentes (Hox, 2010). Assim, após observar a existência desse efeito no nível dos países, procuramos testar os preditores de nível micro, isto é, buscamos identificar os fatores de nível individual ligados à participação em protesto.

Utilizando as variáveis já expostas na metodologia, estimamos a probabilidade do ativismo de protesto com base na equação abaixo, na qual os valores são estimados em função das nossas principais medidas – ativismo, afiliação, importância religiosa – e os condicionantes desta modalidade política já apontados pela literatura: educação, satisfação com a vida, satisfação com a democracia, confiança institucional, interesse por política, associação de bairros e ideologia.

$$\begin{aligned} \log\left(\frac{\pi_{ij}}{1 - \pi_{ij}}\right) = & \beta_0 + \beta_1 \text{AtivismoReligioso}_{ij} + \beta_2 \text{Afiliação}_{ij} + \beta_3 \text{Importância}_{ij} \\ & + \beta_4 \text{Escolaridade}_{ij} + \beta_5 \text{Svida}_{ij} + \beta_6 \text{SDemocracia}_{ij} + \beta_7 \text{Confiança}_{ij} \\ & + \beta_8 \text{Interesse}_{ij} + \beta_9 \text{Associação}_{ij} + \beta_{10} \text{Ideologia}_{ij} + \mu_{oj} \end{aligned}$$

Na tabela 2 podemos ver os determinantes do primeiro nível, ou do nível individual, de nossa variável dependente. Começando pelos preditores de controle, observamos que, com exceção da satisfação com a democracia, todas as variáveis apresentaram uma significância estatística igual ou inferior a 0,05. Seguindo as três teorias principais apontadas por Dalton, Van Sickle e Weldon (2009), também discutidas por Ribeiro e Borba (2015), nossos dados apontam que no que se refere à teoria das queixas, a satisfação com a vida e a confiança institucional impactam negativamente a chance de protestar, a primeira em 12% e a segunda em 55%. A variável sobre valores ideológicos segue caminho semelhante apresentando, contudo, um efeito negativo pequeno de 3%. Foram entre as variáveis de controle ligadas à teoria dos recursos que encontramos efeitos positivos, isto é, a escolaridade incrementa em 57%, interesse por política em 66% e a participação em reuniões de associação de bairro ou juntas de melhorias para a comunidade em 53% a probabilidade de um indivíduo participar de manifestações ou protestos públicos.

Apesar da importância destes efeitos, o que mais nos interessa neste artigo é o impacto da religião na participação. Dentre as afiliações religiosas notamos que apenas a denominação “sem religião” mostrou significância estatística.

Tabela 2. Condicionantes individuais Participação em Protestos ou Manifestações Públicas, América Latina, 2016.

	B (erro)	Expo(B)
Intercepto	-2,37*** (0,153)	0,09
Protestante	0,18 (0,110)	1,20
Evangélico	0,00 (0,064)	1,00
Sem Religião	0,39*** (0,080)	1,47
Outras Religiões	-0,02 (0,089)	0,97
Ativismo Religioso	0,17*** (0,051)	1,18
Importância Religião	-0,10*** (0,030)	0,89
Associação	0,42*** (0,022)	1,53
Educação	0,45*** (0,048)	1,57
Interesse	0,48*** (0,021)	1,62
Satisfação Democracia	-0,01 (0,030)	0,98
Satisfação Vida	-0,11*** (0,027)	0,88
Confiança	-0,78*** (0,103)	0,45
Ideologia	-0,02** (0,008)	0,97
AIC	14673,5	
Variância	0,1931	

Signif: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Lapop, 2016.

Assim, em relação a categoria “religião católica”, ser sem religião aumenta em 47% as chances de um indivíduo se engajar em protestos. Uma possível explicação para esses resultados pode ser buscada na teoria do desenvolvimento humano de Ronaldo Inglehart e seus colaboradores, segundo a qual os indivíduos tenderiam a rejeitar cada vez mais a autoridade externa, dentre elas a religiosa, e a vida espiritual sofreria mudanças conforme houvesse uma incorporação de valores de autoexpressão e uma ênfase na autonomia individual. O redirecionamento das prioridades individuais, resultado do desenvolvimento

humano vivenciado pelos países, possibilitaria o surgimento de novas demandas de participação e uma cidadania mais crítica, marcada por atitudes questionadoras em relação não apenas às instituições religiosas como também às instituições políticas tradicionais, contribuindo para o crescimento do engajamento nas atividades de contestação.

A importância da religião mostrou ter um efeito negativo no nosso modelo, diminuindo as chances desta ação política em 11%. Já o ativismo religioso impacta positivamente a participação em protestos, aumentando em 18% a probabilidade de um indivíduo se engajar nesta modalidade. Este resultado caminha em direção à nossa hipótese, segundo a qual a frequência a locais de culto aumenta as chances de um indivíduo latino-americano participar de manifestações e protestos públicos, sendo condizente com o que foi encontrado por Verba, Schlozman e Brandy (1995), já que segundo os autores, a frequência às associações religiosas contribuem para o desenvolvimento de habilidades cívicas e para o recrutamento e mobilização para a ação política.

Nosso interesse agora é saber se a suposição sobre o papel do contexto religioso como um desencadeador da participação mostra-se verdadeira. Para isso incluímos, então, o nível de laicidade, o Pib *per capita* (ppp), o índice de Gini e a medida do indicador *rule for law* dos países no modelo, de acordo com a equação abaixo:

$$\begin{aligned} \log\left(\frac{\pi_{ij}}{1 - \pi_{ij}}\right) = & \beta_0 + \beta_1 \text{AtivismoReligioso}_{ij} + \beta_2 \text{Afiliação}_{ij} + \beta_3 \text{Importância}_{ij} \\ & + \beta_4 \text{Escolaridade}_{ij} + \beta_5 \text{Svida}_{ij} + \beta_6 \text{SDemocracia}_{ij} + \beta_7 \text{Confiança}_{ij} \\ & + \beta_8 \text{Interesse}_{ij} + \beta_9 \text{Associação}_{ij} + \beta_{10} \text{Ideologia}_{ij} + \beta_{11} \text{Laicidade}_{ij} \\ & + \beta_{12} \text{Pib}_{ij} + \beta_{13} \text{Gini}_{ij} + \beta_{14} \text{Rulelaw}_{ij} + \mu_{oj} \end{aligned}$$

Conforme podemos ver na tabela 3, notamos que mesmo acrescentando as variáveis de controle contextuais, o impacto dos preditores individuais se mantém. Já no que se refere às medidas de nível nacional, diferentemente do que esperávamos, não encontramos valores estatisticamente significativos, o que no nosso caso demonstra que as diferenças contextuais aqui abordadas não interferem de forma significativa na participação política dos ativistas religiosos.

Tabela 3. Condicionantes individuais e nacionais da Participação em Protestos ou Manifestações Públicas, América Latina, 2016.

	B (erro)	Expo(B)
Intercepto	-4,16** (1,502)	0,01
Protestante	1,86 (1,107)	1,20
Evangélico	9,95 (6,422)	1,01
Sem Religião	3,92*** (8,099)	1,48
Outras Religiões	-2,82 (8,923)	0,97
Ativismo Religioso	1,72*** (5,160)	1,18
Importância Religião	-1,06*** (3,040)	0,89
Associação	4,27*** (2,268)	1,53
Educação	4,51*** (4,864)	1,57
Interesse	4,88*** (2,164)	1,62
Satisfação Democracia	-1,88 (3,024)	0,98
Satisfação Vida	-1,18*** (2,722)	0,88
Confiança	-7,81*** (1,036)	0,45
Ideologia	-2,50** (8,180)	0,97
Laicidade	-1,13 (1,475)	0,89
Pib PPP	4,18 (2,631)	1,00
Gini	3,34 (3,187)	1,03
Rulelaw	-1,31 (1,547)	0,87
AIC	14678,0	
Variância	0,1578	

Signif: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Lapop, 2016.

Diferente do que foi encontrado por Dalton, Van Sickle e Weldon (2009), o *rule of law* e o Pib *per capita*, indicadores do desenvolvimento político e econômico, não mostraram-se significantes para a participação nas atividades de protesto na América Latina. Uma possível explicação para essa discrepância pode estar na diferença da quantidade de países no modelo daqueles, cuja amostra abrange setenta e oito nações, entre as quais encontram-se países desenvolvidos e em desenvolvimento. O mesmo ocorreu com o índice de Gini, variável ligada à dimensão econômica nacional, que apesar de ter se mostrado relevante na pesquisa de Ribeiro e Borba (2015) para dados da América Latina de 2005, para os dados de 2017 mostrou-se irrelevante estatisticamente.

Nossa expectativa era que o nível de laicidade apresentasse efeitos positivos e relevantes sobre a participação política dos indivíduos religiosos, contudo o resultado encontrado foi outro. A ausência de significância estatística no que se refere a essa variável de contexto religioso nos faz questionar se tal resultado seria consequência de uma falta de efeito da luta por liberdade e igualdade, medida aqui pela laicidade, como preditora da participação dos ativistas religiosos em manifestações ou protestos públicos ou se seria nossa medida que possuiria limitações, já que construir uma variável que dê conta de explicar os conflitos e lutas religiosas não é uma tarefa fácil.

Considerações finais

As pesquisas latino-americanas que se dedicam ao estudo do fenômeno religioso e de sua relação com a política têm focado na inserção dos grupos religiosos na política eleitoral e partidária, na relação dos fiéis com movimentos sociais e nas relações e conflitos das religiões minoritárias com o catolicismo. Contudo, como observamos no presente artigo, o papel da religião na política abrange muito mais do que apenas estes aspectos, por isso precisamos ampliar nosso escopo de pesquisa e focar em diversas características desta relação. Assim, apesar da dificuldade de encontrarmos literatura latina-americana que trate do comportamento político, e especificamente do protesto, e sua relação com a religião e da escassez de perguntas a respeito da religião nos *surveys* esperamos que os resultados deste artigo venham a contribuir para a agenda de pesquisa sobre a participação e a política contemporânea.

Nossos resultados demonstram o quanto o estudo do fenômeno religioso ainda tem a contribuir para o entendimento da participação política dos indivíduos, já que nos permitem inferir que, no nível individual, as instituições religiosa têm um papel significativo na participação em manifestações ou protestos públicos na América Latina. Tais achados são

condizentes com a primeira parte de nossa hipótese principal, segundo a qual o ativismo religioso aumenta as chances de um indivíduo latino-americano de agir politicamente.

Vimos também que ser “sem religião” aumenta as chances de um indivíduo participar de protestos. Tal resultado iria na direção da teoria de desenvolvimento humano, defendida por Inglehart e colaboradores, segundo a qual as sociedades estariam passando por uma mudança, dentre outras coisas, na religiosidade. Tal mudança, fruto da emergência de valores de autoexpressão, contribuiria para o surgimento de indivíduos mais críticos em relação às instituições tradicionais, acarretando em uma transformação no papel da religião na vida dos indivíduos. Essas transformações e a emergência dos valores de autoexpressão têm contribuído para o engajamento político de pessoas que se declaram sem religião formal ou ateus em modalidades não convencionais, como as de protesto.

Nossos resultados, contudo, também trouxeram novas dúvidas e questionamentos. Isso porque, apesar de uma parte de nossa hipótese mostrar-se verdadeira, o restante apresentou limitações. Quando começamos a pesquisa esperávamos descobrir se a ação política dos indivíduos também seria afetada pelo contexto religioso nacional, que poderia favorecer ou não uma mobilização consciente frente a ameaças ou a lutas por direitos. Nossos resultados, porém, não nos permite chegar a uma afirmação conclusiva a respeito dos efeitos deste contexto sobre a participação em manifestações ou protestos. Dada a escassez de estudos sobre os efeitos do contexto nacional sobre o relacionamento entre religião e comportamento político na América Latina, consideramos relevante abordá-las em pesquisas futuras, mas entendemos que para isso precisaremos ou aperfeiçoar a medida aqui utilizada ou propor novas medidas de análise.

Referências

- BASTIAN, J. Los nuevos partidos políticos confesionales evangélicos y su relación con el Estado en América Latina. **Estudios Sociológicos**. XVII, 49, p.153-173, 1999.
- BLANCARTE, R. América Latina: entre pluri-confesionalidad y laicidad. **Civitas**. Porto Alegre, v. 11, n.2, p.182-206, maio-ago. 2011.
- CAMPBELL, D. E. Acts of faith: churches and political engagement. **Political Behavior**, 26 (2), p.155-180, 2004.
- CAMPBELL, D. E. Social networks and political participation. **The Annual Review of Political Science**, 16, p. 33-48, 2013.
- CARBONELLI, M.; MOSQUEIRA, M. A.; FELITTI, K. Religión, sexualidad y política en la Argentina: intervenciones católicas y evangélicas entorno al aborto y el matrimonio igualitario. **Revista del Centro de Investigación**, vol. 9, n. 36, p. 25–43, 2011.

DALTON, R; VAN SICKLE, A.; WELDON, S. The Individual–Institutional Nexus of Protest Behaviour. **British Journal of Political Science**, Cambridge, UK, n. 40, p. 51-73, 2009.

DJUPE, P.; GRANT, T. Religious institutions and political participation in America. **Journal of Scientific Study of Religion**, 40 (2) , p.302-314, 2001.

GERBER, A. S.; GRUBER, J.; HUNGERMEN, D. M. Does church attendance cause people to vote? Using blue laws' repeal to estimate the effect of religiosity on voter turnout. **British Journal of Political Science**. v. 46 (3), p.481-500, 2015.

HAGOPIAN, Francis. Introduction. The new landscape. In: HAGOPIAN, Francis (editor). **Religious pluralism, democracy, and the Catholic Church in Latin America**. Indiana: University of Notre Dame, 2009.

HELMSDORFF, D. Participación política evangélica en Colombia (1990-1994). **Historia Crítica: Religión, Política y Sociedad**. n.12, p.77-86, enero - junio 1996.

HOX, J. J. **Multilevel analysis: techniques and applications**. 2a.ed. Routledge 27 Church Road, Great Britain, 2010.

JAMAL, A. The political participation and engagement of Muslim Americans: mosque involvement and group consciousness. **American Politics Research**, 33, p.523-544, 2005.

LEAL, D.; PATTERSON, J; TAFOYA, J. Religion and the political engagement of latino immigrants: bridging capital or segmented religious assimilation? **RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences**, v. 2 (3), p. 25-146, jun. 2016.

LOCKERBIE, B. Race and religion: voting behavior and political attitudes. **Social Science Quarterly**, v. 94, n. 4, p. 1145-1158, dec. 2013.

MAROSTICA, M. La nueva política evangélica: el movimiento evangélico y el complot católico en la Argentina. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 2, n. 2, p. 11–30, 2000.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Sacred and secular: religion and politics worldwide**. New York: Cambridge University Press, 2011.

ORO, A. P.; URETA, M. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan.-jun. 2007.

PALACIOS, F. R. V. La praxis de la fe evangélica en la sociedad. **Graffylia**. n. 2, p.113-123, 2003.

PETERSON, S. A. Church participation and political participation: the spillover effect. **American Politics Quarterly**, v. 20, n. 1, p. 123-139, jan. 1992.

PUTNAM, R. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, R. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. **Participação política na América Latina**. Maringá: Eduem, 2015.

SCHLOZMAN, K. L.; VERBA, S.; BRADY, H. E. **The unheavenly chorus**: unequal political voice and the broken promise of American democracy. Princeton: Princeton University Press, 2012.

SOBOLEWSKA, M. et. al. Understanding the effects of religious attendance on political participation among ethnic minorities of different religions” **European Journal of Political Research**, v. 54, 2, p. 271-287, may 2015.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and equality**: civic volunteerism in American Politics. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

WYNARCZYK, H. Los evangélicos y la política en la Argentina. **Boletín de Lecturas Sociales Y Economicas**, n. 31, p. 52–66, 2007.